



# Anais da Assembléia

Nº 96

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 1º DE SETEMBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 1.º DE SETEMBRO DE 1980  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Lineu Turra e Paulo Camargo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wandler e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido hoje nesta Capital, do Sr. OSWALDO MENÉZES VIEIRA, casado com a Senhora Nadir de Carvalho Vieira, com quem deixou os seguintes filhos: Sílvia Vieira, solteira; Eliana, casada com o Sr. Odilon Serafini Guimarães Filho e Sandra, casada com o Sr. Renato Bruder.

O extinto exerceu as seguintes funções: Contador e Gerente do Banco do Estado do Paraná, ag. de Londrina, Diretor do Crédito Imobiliário do Banco do Estado do Paraná, Gerente do Banco da Lavoura de Minas Gerais, ag. Maringá-PR., Gerente Regional do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Maringá-PR., suplente de Deputado Estadual pelo Município de Maringá, Pastor da Igreja Protestante, durante 13 anos.

Da decisão do Plenário, solicita seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1980.

(aa) FUAD NACLI  
ANTÔNIO FACCI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à REVISTA PANORAMA, pela passagem do seu 30º aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Apresentando sempre um trabalho dos mais perfeitos, fazendo imprensa séria, honesta e independente, a Revista Panorama é hoje uma marca, tradição e orgulho para o Paraná. Nascida em Londrina, há 30 anos atrás, é hoje uma edição semanal de grande respeito e merecido sucesso. Sempre dirigida de forma dinâmica, contou com os mais consagrados nomes do jornalismo paranaense.

Durante todos esses anos, vem apresentando uma série de reportagens e entrevistas, levantando assuntos polêmicos, estabelecendo debates e mostrando a verdade, sempre a verdade. É marcante sua participação na vida da coletividade paranaense e nacional, sempre promovendo excelentes Congressos e Encontros.

Já passaram pela revista, nomes de gabarito, como: Osman de Oliveira, Zaqueu de Melo, Xavier Assunção, David Carneiro, Emir Sfair, Emílio Florenzano, José Cury, Samuel Guimarães, Ivar Feijó, José Augusto Ribeiro, Fernando Pessoa Ferreira, Bacila Neto, Silvio Back, Araken Távora, Adherbal Fortes, Carlos Eduardo Fleury, Roberto Maranhão, Luiz Carlos Zannoni, Aramis Millarch, Valmor Marcelino, Carlos Alberto Pessoa, Oscar Milton Volpini, Valêncio Xavier, Benedito Pires, Luiz Manfredini e Dalton Trevisan. Atualmente tem como diretores: José Cury, Samuel Guimarães e Divonei Machado de Campos, estando a editoria a cargo do excelente profissional, Reynaldo Jardim.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado TELEX ao Sr. Presidente da República, solicitando veto total ao projeto de lei de autoria do Deputado Herbert Levy (PP-SP), que trata do futebol nacional, a que visa transformar em multas todas as punições a que se sujeitam os jogadores de futebol e dirigentes esportivos, quando ocorrem em faltas disciplinares.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Dias atrás esta Casa aprovou requerimento de nossa autoria, solicitando envio de ofícios aos líderes da Câmara Federal e Senado, visando a sugestão e solicitação para não aprovação do projeto de lei em referência. Acontece que somente no dia 27 (quarta-feira), é que o documento foi expedido pela Assembléia.

Como a demora dos Correios é de 2 a 3 dias para a entrega em Brasília, somente após aprovação dos mesmos é que os Srs. Parlamentares devem ter recebido a solicitação (apelo).

Na verdade, provavelmente hoje é que o documento da Assembléia paranaense deve estar chegando no destino.

Como a matéria foi votada e aprovada no dia 28, quinta-feira, nosso apelo chegou atrasado. Desta forma, estamos agora fazendo a última tentativa, apelando diretamente ao Sr. Pre-

sidente da República, visando a moralização do nosso futebol.

Uma vez aprovado o presente documento, incluir no TELEX os termos da justificativa do requerimento aprovado pela Casa, em 19 de agosto de 1980.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia de hoje, por 30 sessões, do Projeto de Lei nº 65/80.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não obstante pertencer ao Partido que dá sustentação ao Governo, nesta Casa de Leis, quero afirmar que não morro de amores pelo Sr. Presidente da República, João Baptista Figueiredo.

No entretanto, quero afirmar aqui, desta tribuna, que me surpreendeu sobremaneira, o discurso que fez Sua Excelência nos últimos dias da semana passada, se não me engano, em Piracicaba, no interior de São Paulo.

Convenceu-me Sua Excelência, do acendrado amor que ele tem à terra brasileira, e a indistigável vontade que ele tem de descobrir os autores, responsáveis pelo terror no Brasil.

Foi um discurso corajoso, uma demonstração de civismo que sensibilizou a tantos quantos o ouviram e puderam analisar suas palavras. E parabéns ao Sr. Presidente da República, pela sua coragem de vir à público, e dizer o que ele disse. Nós o cumprimentamos por este acontecimento.

Quero aproveitar a oportunidade, para cumprimentar o Deputado Nelson Friedrich, que me causou uma agradável surpresa quando, entrevistado pela televisão, Canal 12, confessou que vê méritos inconfundíveis no Governo Federal, através dos órgãos de segurança, que são capazes, segundo disse o Deputado Nelson, e expressão que ele usou, têm "know how", repito, disse o Deputado Nelson Friedrich, e eu ouvi, que acredita no Governo Federal, através dos seus órgãos de segurança; que os órgãos de segurança do Governo Federal têm "know how" para descobrirem os responsáveis pelos atentados, pelos que implantam o terror no Brasil.

É muito salutar para eu, ouvir de um Deputado da capacidade de Nelson Friedrich, reconhecer méritos no Governo Federal.

No que diz respeito à Polícia Civil ou Federal, que serão elas, em última instância, que irão descobrir os responsáveis pelos atentados, pelo terror no Brasil. Antes tarde do que nunca.

O Deputado, ao discordar da minha iniciativa, o fez muito bem, de fato foi, quem sabe, talvez, no entender do Deputado, tivesse eu sido infeliz, quando propus que se instituisse um prêmio de um milhão de cruzeiros. Tudo bem. Melhor que tenha razão o Deputado.

Melhor que suas palavras estejam certas, e correto esteja o Deputado, quando ele acredita — pela vez primeira nesta Casa de Leis, eu ouço o Deputado Nelson Friedrich — reconhecer méritos no Governo Federal, através dos órgãos de segurança.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou hoje dando entrada em dois requerimentos. Um

deles, requer votos de aplausos à Revista Panorama, pela passagem do trigésimo aniversário de fundação. É realmente indiscutivelmente, uma marca de tradição e orgulho para o Paraná, a revista que hoje é distribuída semanalmente, com uma grande tiragem e que conta com excelentes profissionais de imprensa.

Então, por isso, com muito prazer, dou entrada a este requerimento, exaltando esta edição semanal que vem orgulhando a imprensa do Paraná.

Por outro lado, gostaria de trazer à Casa, e o que estou mais ou menos preocupado, é que vejo poucos Parlamentares presentes à sessão.

E necessito, sinceramente, da aprovação desse documento, ainda hoje, porque o Sr. Presidente da República, está de posse de um projeto de lei do Deputado Herbert Levy, que é aberrante em todos os aspectos.

E gostaria de apelar ao Sr. Presidente da República, para que colocasse o veto total àquele projeto, porque ele vem de encontro à imoralidade e à baderna no futebol brasileiro.

Então solicitamos, dias atrás, nesta Casa, foi precisamente no dia 19 de agosto, a colaboração dos demais Srs. Parlamentares, para o envio de ofício aos líderes das bancadas do PDS, PT, PMDB, PTB e PP, no Senado e na Câmara Federal, para sugerirem a não aprovação daquele projeto de lei.

A Casa aprovou o requerimento. A maioria dos Srs. Parlamentares, de todos os Partidos — é bom que se diga — foram todos unânimes na aprovação desse requerimento, e ele foi aprovado aqui na Casa, no dia 19 de agosto de 80.

Acontece que somente saiu da Casa, somente foi expedido, somente partiu para o seu destino, após uma semana. Ele saiu daqui para a Divisão de Expediente.

Foi aprovado no dia 19; na Divisão de Expediente, no dia 21; dia 27, ele foi expedido.

Então, pasmem os Senhores, na quarta-feira próxima passada, dia 27, uma semana e pouco após a aprovação, é que o expediente deixou a Casa. Saiu daqui na quarta-feira, para seguir o destino a Brasília. Lá, ele deverá chegar ou deve ter chegado, no sábado ou hoje, em dois ou três dias. E no entanto, a matéria já foi discutida e aprovada na quinta-feira, dia 28. Se tão logo a matéria tivesse sido aprovada aqui, e tivesse sido encaminhada, talvez os Parlamentares do Senado e Câmara Federal pudessem ter apreciado a matéria. Mas, infelizmente, não puderam.

Por isso então, Sr. Presidente, nobres Companheiros, estou dando entrada a outro requerimento, já que aquele foi inócuo, pedindo o envio de um telex direto ao Sr. Presidente da República, solicitando o veto total ao projeto de lei de autoria do Deputado Herbert Levy, que trata do futebol nacional.

Ele visa transformar em multa toda a falta disciplinar. Quer dizer então, vai ser uma aberração, porque o soco, o pontapé, vão ser tabelados, no futebol brasileiro. O cidadão dá um soco e em vez dele pegar dois dias de suspensão, duas semanas, ou ano, ele vai pegar uma suspensão que vai ser transformada em multa.

Então, é uma aberração. É o tipo de projeto para quem não entende de futebol. E eu não sei porque os Srs. Deputados, talvez até acomodados, foram votar um projeto desse e aprovaram e já encaminharam ao Presidente para o sancionamento da lei.

Olha, espero que o Presidente tenha bom senso, que seja bem assessorado, o que eu acho difícil, mas talvez ele tenha um bom assessoramento pelo menos na área esportiva, e que possa vetar aquele projeto de lei que é aberrante.

E nós que lidamos com futebol, estamos seriamente preocupados com a questão, e solicito a ajuda dos demais Companheiros da Casa, embora mais uma vez mostre a minha preocupação também pela falta de quorum.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bernardi (Ausente).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelton Friedrich (Ausente).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino (Ausente).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em fins de 1978, esta Assembléia Legislativa apreciava dois planos de leis do Governo anterior, que visavam disciplinar as atividades dos advogados e engenheiros.

E durante a discussão da matéria, durante o encaminhamento da mesma, levantou-se principalmente quando ao assunto da Procuradoria do Estado, da lei que disciplinaria a atividade dos advogados do Estado, da qual inclusive alguns membros desta Casa aqui fazem parte funcionalmente, levantou-se uma grande polêmica, de que a matéria era inconstitucional quando a lei mandada pelo Governo impedia o livre exercício da profissão baseada no princípio do direito adquirido.

E levantamos desta tribuna, naquela ocasião, uma discussão em que no final das contas, o nosso voto foi superado. Mas, para reavivar a memória desta Casa e a coerência daqueles que na ocasião diziam os interesses do Estado estarem acima do princípio constitucional e terem na oportunidade votado a matéria, mera e exclusivamente porque o Executivo não abria mão da interpretação que dava, interpretação de todo inconstitucional; hoje, Sr. Presidente, nós assumimos a tribuna para votar favoravelmente em uma mensagem do Governo, que pela primeira vez o fazemos na defesa de uma Mensagem do Executivo, isto porque esta Mensagem vem corrigir aquilo que teimosos e insensivelmente a Casa, mais uma vez, naquela oportunidade, obediente e subservientemente, diga-se de passagem, Sr. Presidente, não teve, naquela ocasião, muito embora fosse alertada para isso, de que a matéria era inconstitucional e acabou votando.

Por isso, Sr. Presidente, quero ser breve na tribuna, mas acredito que a matéria que está na Ordem do Dia de hoje, a Mensagem, o Projeto de Lei 94/80, de autoria do Poder Executivo, que revoga aqueles dispositivos das leis da Procuradoria Geral do Estado e do Grupo Ocupacional de Engenharia, nada mais contém do que reconhecer uma tese que foi levantada aqui pela Oposição, de que realmente tais dispositivos eram inconstitucionais.

Por isso, Sr. Presidente, declaro favoravelmente o meu voto, até com certa satisfação, porque houve necessidade de um certo decurso de tempo, mas a justiça e a lei maior foram resguardadas.

Por outro lado, apenas não entendo uma coisa: que o Governo abra mão da exigência que se fazia no projeto anterior, de cumprir integralmente o horário. Entendo eu, Sr. Presidente, que ninguém pode, evidentemente, ser reduzido em seus vencimentos. Este é um outro princípio. É impossível a redução salarial.

Mas, Sr. Presidente, se o Estado, ao disciplinar, ao, digamos assim, elaborar o quadro desses funcionários, ele exigiu o cumprimento do horário integral, também como uma forma de profissionalização, não vejo, absolutamente, incompatibilidade alguma em que o funcionário cumpra o horário integral e tenha liberdade de exercer sua profissão. Porque uma coisa não é incompatível com a outra. Pode, evidentemente, o advogado cumprir o horário que o Estado exige para os demais, e ter a liberdade de exercer a sua advocacia particular.

Agora, pelo fato de se devolver o direito de exercer a advocacia particular, mas se liberar do cumprimento do horário integral, aí eu vejo, por outro lado, um prejuízo para o Estado.

Porque, exatamente a partir do momento em que o funcionário, o servidor, não tenha obrigação do cumprimento do horário integral, é que se caía no que se dizia anteriormente, de que se estará dando prioridade apenas para esse funcionário que trata dos seus assuntos particulares, ou seja, de sua advocacia particular, para o Estado ficar em segundo plano.

Discordo apenas neste aspecto, porque acho que o Estado sofre uma lesão: é evidente que se um cidadão cumpre um determinado horário, ele tem uma produtividade muito maior para o Estado, do que aquele que fica ao critério individual e pessoal do próprio funcionário, e aí não se pode traçar parâmetros, porque nós bem sabemos que, infelizmente no Brasil, a mentalidade da maioria dos servidores públicos, do barnabé, tem o emprego público como um mero "bico", como uma segunda atividade, muito embora existam funcionários diligentes, mas nós sabemos que aqueles que têm a condição de não cumprirem um horário integral, lamentavelmente, a regra geral é esta: fazem um simples "bico" no Estado, e passam a cuidar principalmente dos seus interesses particulares.

Por isso, discordo neste tocante do projeto, mas, como não há outra condição, voto favoravelmente a ele, Sr. Presidente, dizendo que apenas volto aqui para reavivar a memória da Casa de que, quando se levantar aqui discussões em que a Oposição procura que se resgarde o princípio constitucional, tenham os Srs. Deputados da Situação, o maior carinho, e também uma maior constatação: aqueles que votaram contra a matéria, há dois anos atrás, hoje, para serem coerentes, deveriam votar contra a Mensagem do Executivo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. DARCY DEITOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. MÁRIO CELSO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, consulto a Liderança do PP, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa abre um prazo de três (03) dias consecutivos, a partir de amanhã, dia 02 do corrente, para oferecimento de emendas à Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, já devidamente apoiada, a qual dá nova redação ao § 1.º do Artigo 41, da Constituição Estadual.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 28/80, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "ASILO SÃO FRANCISCO DE ASSIS", com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 70/80, de autoria do

Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro na cidade de Ubatã. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 65/80, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que denomina "Rodovia Antônio Baby", a estrada PRT-280, que liga a localidade de Santa Rita, no Município de General Carneiro à sede do Município de Pato Branco, neste Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

PROJETO DE LEI Nº 65/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica denominada "RODOVIA ANTÔNIO BABY", a estrada PRT-280, que liga a localidade de Santa Rita no Município de General Carneiro à sede do Município de Pato Branco, neste Estado.

Art. 2º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1980.

(aa) ADALBERTO DAROS, DOMÍCIO SCARAMELLA e MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

O ex-Deputado Federal, Antônio Baby, foi um dos políticos mais atuantes do Estado do Paraná, em especial na defesa dos interesses da Região Sul.

Vereador por União da Vitória, Deputado Estadual e por duas legislaturas Deputado Federal, foi também Diretor da atual Rede Ferroviária Federal.

No Congresso Nacional, uma de suas maiores reivindicações foi exatamente a introdução no Plano Rodoviário Nacional, da Rodovia União da Vitória — Barracão.

Incompreendido e tendo de enfrentar, à época, inclusive companheiros políticos seus, não esmoreceu e teve vitoriosa sua posição.

A homenagem que se pleiteia, nos parece a mais justa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 65/80

PARECER:

De autoria dos nobres Deputados Adalberto Daros, Domício Scaramella e Mário Celso, o presente projeto de lei tem por finalidade denominar "Rodovia Antônio Baby", a estrada PRT-280, que liga a localidade de Santa Rita no Município de General Carneiro à sede do Município de Pato Branco.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que não existe qualquer impedimento legal ou constitucional que possa impedir que o projeto, em tela tenha a sua tramitação normal por esta Casa.

Na forma regimental, a Proposição está devidamente justificada, que nos convence da sua oportunidade, visto que a denominação ora pretendida virá homenagear a figura de homem público paranaense das mais expressivas, que foi o ex-Deputado Antônio Baby.

Com isso, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Deni Schwartz, Relator

Sobre o referido projeto, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 30 sessões, do referido Projeto. — Aprovado o requerimento.

Conseqüentemente, retirado da Ordem do Dia o projeto.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 79/80, de autoria do Deputado Airtton Cordeiro, que declara de utilidade pública a

"Escola Especializada Amor Perfeito", mantido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 79/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ESCOLA ESPECIALIZADA AMOR PERFEITO, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, sediada em São José dos Pinhais.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1980.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A escola em questão, preenche todos os requisitos da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que estabelece as normas para a declaração de utilidade pública.

Não bastasse a farta documentação que acompanha o projeto, somente o fato de ser o educandário mantido pela APAE, suprirá qualquer outra exigência.

A APAE é uma dessas organizações que contam com a unanimidade da simpatia dos brasileiros, graças ao dedicado trabalho aos deficientes, motivo pelo qual, justo é reconhecer os seus méritos.

É o que se pretende, nesta oportunidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 79/80

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Airtton Cordeiro, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Escola Especializada Amor Perfeito, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei 6994, de 19 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento legal ou constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Deni Schwartz, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 94/80, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 43/80), que revoga os dispositivos das Leis nºs 7074, de 02 de janeiro de 1979, e 7122, de 26 de abril de 1979 (que proíbem os integrantes da carreira de Procurador do Estado e do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, o exercício de atividade de natureza particular). Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 94/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Ficam revogados o parágrafo único do Art. 24, da Lei nº 7074, de 02 de janeiro de 1979, e o parágrafo único do Art. 3º, da Lei nº 7122, de 26 de abril de 1979, este último na parte que proíbe o exercício de qualquer atividade de natureza particular aos integrantes do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 30 de julho de 1980.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 94/80

## PARECER:

O projeto em epígrafe, oriundo de Mensagem Governamental, tem como fim revogar dispositivos das Leis nºs 7074, de 02 de janeiro de 1979 e 7122, de 26 de abril de 1979, que proibem aos integrantes da carreira de Procurador do Estado e do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, o exercício de atividades de natureza particular.

A iniciativa do Governador em devolver aos profissionais liberais do Direito e da Engenharia, funcionários públicos estaduais, o direito ao livre exercício de suas atividades particulares, que a lei acima mencionada proíbe, é demonstração inequívoca do alto espírito democrático e liberal de Sua Excelência, que deve merecer não só a acolhida, como também o aplauso desta Casa.

Do ponto de vista constitucional e legal, não há óbice de nenhuma natureza para a sua aprovação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Airton Cordeiro, Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI Nº 94/80

## PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 43/80, visando revogar os dispositivos das Leis nºs 7074, de 02 de janeiro de 1979, e 7122, de 26 de abril de 1979, que proibem aos integrantes da carreira de Procurador do Estado e do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, o exercício de atividade de natureza particular.

Referida proposição já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1980.

(a) Jurandir Messias, Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com o apoio do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Oswaldo Menezes Vieira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor e reconhecimento ao Sr. Secretário do Interior, pelos relevantes trabalhos prestados à frente daquela Secretaria, em especial pela maneira prestativa e eficiente em que se apresentou e dirigiu os trabalhos da 23ª Reunião da AMUNOP, realizado

na cidade de Santa Mariana. — **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal antes da verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

(É feita nova chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 26 Srs. Deputados.

Há quorum apenas para prosseguimento da sessão, mas não para a votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à Revista Panorama, pela passagem do seu 30º aniversário de fundação. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República, encarecendo veto total ao projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Herbert Levy (PP-SP), que trata do futebol nacional, e que visa transformar em multas todas as punições a que se sujeitam os jogadores de futebol. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade à Ordem dos Advogados do Brasil, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e à "Tribuna da Luta Operária", pelos atentados sofridos na data de 27 de agosto próximo passado, bem como às famílias das vítimas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Sr. Secretário da Administração, pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo, o que fez com que o Paraná se tornasse "modelo nacional". — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 02, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 79 e 94/80.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 72, 88 e 97/80.

Levanta-se a Sessão.